



# PLANO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA PARA O RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES



*Preâmbulo*

*Parte I. Enquadramento*

*Parte II. Execução*

*Parte III. Inventários, Modelos e Listagens*

*Anexos*

Versão 01 | janeiro de 2025

---



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações do Município de Vila Franca de Xira
<b>Descrição:</b>	O Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações do Município de Vila Franca de Xira é um documento formal na qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em caso de cheias e inundações.
<b>Data de produção:</b>	
<b>Data da última atualização:</b>	
<b>Versão:</b>	01
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
<b>Coordenador de Projeto:</b>	António Carvalho   Comandante Municipal de Proteção Civil
<b>Equipa técnica municipal:</b>	Hélder Lucas   Licenciatura em Engenharia Mecânica João Luís   Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil Rita Galveia   Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional
<b>Código de documento:</b>	
<b>Estado do documento:</b>	
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	00_PEERCI_VFXIRA_Preambulo_V01



## Índice do Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações de Vila Franca de Xira

### PREÂMBULO

1. Lista de Acrónimos
2. Referências Legislativas
3. Registo de Atualizações e Exercícios

### PARTE I – ENQUADRAMENTO

1. Introdução
2. Finalidade e Objetivos
3. Tipificação dos Riscos
4. Critérios para a Ativação
  - 4.1. Competências para a Ativação do Plano
  - 4.2. Critérios de Ativação do Plano

### PARTE II – EXECUÇÃO

1. Estruturas
  - 1.1. Estruturas de Direção Política
  - 1.2. Estruturas de Coordenação Política
  - 1.3. Estrutura de Coordenação Institucional
  - 1.4. Estrutura de Comando Operacional
    - 1.4.1. Comandante das Operações de Socorro (COS)
    - 1.4.2. Posto de Comando Operacional (PCO)
2. Responsabilidades
  - 2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil
  - 2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil
  - 2.3. Responsabilidade dos Organismos e Entidades de Apoio
3. Organização
  - 3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional
  - 3.2. Zonas de Intervenção
    - 3.2.1. Zonas de Concentração e Reserva (ZCR)
    - 3.2.2. Zonas de Receção de Reforços (ZRR)
  - 3.3. Mobilização e Coordenação de Meios
  - 3.4. Notificação Operacional
4. Áreas de Intervenção
  - 4.1. Gestão Administrativa e Financeira
  - 4.2. Reconhecimento e Avaliação
    - 4.2.1. Equipa de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

- 4.2.2. Equipa de Avaliação Técnica (EAT)
- 4.3. Logística
  - 4.3.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção
  - 4.3.2. Apoio Logístico à População
- 4.4. Comunicações
- 4.5. Informação Pública
- 4.6. Confinamento e/ou Evacuação
- 4.7. Manutenção da Ordem Pública
- 4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas
  - 4.8.1. Emergência Médica
  - 4.8.2. Apoio Psicológico
- 4.9. Socorro e Salvamento
- 4.10. Serviços Mortuários

### PARTE III – Inventários, Modelos e Listagens

- 1. Inventário de Meios e Recursos
  - 1.1. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
  - 1.2. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
  - 1.3. Bombeiros Voluntários de Alhandra
  - 1.4. Bombeiros Voluntários de Alverca
  - 1.5. Bombeiros Voluntários de Castanheira do Ribatejo
  - 1.6. Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria
  - 1.7. Bombeiros Voluntários de Vialonga
  - 1.8. Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira
- 2. Lista de Contactos
  - 2.1. Comissão Municipal de Proteção Civil
  - 2.2. Restauração – Apoio às Operações
  - 2.3. Unidades Hoteleiras – Apoio às Operações
  - 2.4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
  - 2.5. Municípios Adjacentes
  - 2.6. Juntas de Freguesia
  - 2.7. Bombeiros
  - 2.8. Guarda Nacional Republicana
  - 2.9. Polícia de Segurança Pública
  - 2.10. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
  - 2.11. Apoio Voluntário
  - 2.12. Brisa
  - 2.13. Instituto da Segurança Social
  - 2.14. Centros de Saúde
  - 2.15. Hospital
  - 2.16. Farmácias
  - 2.17. Cemitérios
  - 2.18. Funerárias
  - 2.19. Pavilhões Municipais



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

- 2.20. Campos Desportivos
- 2.21. Empresas Rodoviárias
- 2.22. Radioamadores
- 2.23. Escolas
- 2.24. Comboios de Portugal (CP)
- 2.25. Delegação Marítima
- 2.26. Depósito Geral de Material da Força Aérea
- 2.27. Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL)
- 2.28. E-Redes
- 2.29. Escuteiros
- 2.30. Infraestruturas de Portugal
- 2.31. Hipermercados e Supermercados
- 2.32. Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)
- 2.33. Lisboa Gás
- 2.34. Lares de Idosos
- 2.35. Cáritas
- 2.36. Órgãos de Comunicação Social
- 2.37. Comunicações
- 2.38. Empresas de Gestão de Resíduos
- 2.39. Diversos
3. Modelos
  - 3.1. Modelos de Relatórios
    - 3.1.1. Relatório Imediato de Situação, Relatório de Situação Geral e Relatório de Situação Especial
    - 3.1.2. Relatório Final
  - 3.2. Modelo de Requisição
  - 3.3. Modelos de Comunicados
4. Lista de Distribuição do Plano

### **ANEXO I – CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL**

1. Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil
  - 1.1. Enquadramento Geográfico
  - 1.2. Hipsometria
  - 1.3. Declives
  - 1.4. Hidrografia
  - 1.5. População Residente
  - 1.6. Número de Edifícios
  - 1.7. Rede Viária
  - 1.8. Rede Ferroviária
  - 1.9. Pontes, Viadutos e Túneis
  - 1.10. Infraestruturas Fluviais
  - 1.11. Infraestruturas Aeroportuárias
  - 1.12. Infraestruturas de Água
  - 1.13. Rede Elétrica
  - 1.14. Rede de Transporte de Gás Natural



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

- 1.15. Rede de Combustíveis
- 1.16. Estabelecimentos com Diretiva Seveso
- 1.17. Áreas Industriais
- 1.18. Agentes de Proteção Civil
- 1.19. Agentes de Proteção Civil – Saúde
- 1.20. Edifícios de Utilização Coletiva – Estabelecimento de Ensino
- 1.21. Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas Desportivas
- 1.22. Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas Turísticas
- 1.23. Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas de Lazer, Culturais e Comerciais
- 1.24. Edifícios de Utilização Coletiva – Infraestruturas Governamentais
- 1.25. Edifícios de Utilização Coletiva – Armazenamento de Alimentos
- 1.26. Restauração
- 1.27. Farmácias
- 1.28. Zonas de Concentração de Reserva (ZCR) e Zonas de Receção de Reforços (ZRR)
- 1.29. Zonas de Concentração de Apoio à População (ZCAP), Zonas de Apoio à População (ZAP) e Pontos de Encontro (PE)
- 1.30. Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e Necrotérios Provisórios (NecPro)

### **ANEXO II – Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção e Operacionalidade do Plano**

1. Programa de Medidas a Implementar e para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados
  - 1.1. Estratégias Gerais para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados
  - 1.2. Estratégias Específicas para a Prevenção e Mitigação do Risco de Cheias e Inundações
2. Programa de Medidas a Implementar para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano
  - 2.1. Exercícios de Proteção Civil
  - 2.2. Ações de Sensibilização e Formação



## PARTE I: Enquadramento



1. Lista de Acrónimos
  2. Referências Legislativas
  3. Registo de Atualizações e Exercícios
-



## Índice

Índice do Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações de Vila Franca de Xira .....	3
1 Lista de Acrónimos.....	9
2 Referências Legislativas .....	13
2.1 Legislação Estruturante .....	13
2.2 Legislação Orgânica .....	13
2.3 Legislação Técnico-operacional .....	16
2.4 Legislação Concorrente .....	17
2.5 Legislação Diversa.....	19
3 Registo de Atualizações e Exercícios.....	20
3.1 Registo de Atualizações .....	20
3.2 Registo de Exercícios.....	21



## 1 Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos	
<b>A</b>	
<b>AER</b>	Anuários Estatísticos Regionais
<b>AML-CL</b>	Área Metropolitana de Lisboa – Concelhos Limítrofes
<b>ANAC</b>	Autoridade Nacional de Aviação Civil
<b>ANACOM</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>ANCTM</b>	Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ANMP</b>	Associação Nacional de Municípios Portugueses
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>APC</b>	Agentes de Proteção Civil
<b>APRI</b>	Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações
<b>ARPSI</b>	Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação
<b>B</b>	
<b>BriPA</b>	Brigada de Proteção Ambiental
<b>C</b>	
<b>CAE</b>	Classificação das Atividades Económicas
<b>CAOP</b>	Carta Administrativa Oficial de Portugal
<b>CCDR-LVT</b>	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
<b>CCO</b>	Centro de Coordenação Operacional
<b>CCOM</b>	Centro de Coordenação Operacional Municipal
<b>CCON</b>	Centro de Coordenação Operacional Nacional
<b>CCOS</b>	Centro de Coordenação Operacional Subregional
<b>CELOG</b>	Célula de Logística
<b>CELOP</b>	Célula de Operações
<b>CEPLAN</b>	Célula de Planeamento
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CMPC</b>	Comissão Municipal de Proteção Civil
<b>CNEPC</b>	Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>CNGRI</b>	Comissão Nacional da Gestão dos Riscos de Inundação
<b>CNPC</b>	Comissão Nacional de Proteção Civil
<b>COM</b>	Coordenador Operacional Municipal
<b>CoordMPC</b>	Coordenador Municipal de Proteção Civil
<b>COS</b>	Comandante das Operações de Socorro
<b>COREPC</b>	Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil
<b>COSREPC</b>	Comandante Subregional de Emergência e Proteção Civil
<b>CP</b>	Comboios de Portugal
<b>CREPC</b>	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
<b>CSREPC</b>	Comando Subregional de Emergência e Proteção Civil
<b>CVP</b>	Cruz Vermelha Portuguesa
<b>D</b>	
<b>DAGRI</b>	Diretiva de Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Lista de Acrónimos	
<b>DIOPS</b>	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>DQA</b>	Diretiva-Quadro da Água
<b>DVI Team</b>	<i>Disaster Victim Identification Team</i>
<b>E</b>	
<b>EAT</b>	Equipa de Avaliação Técnica
<b>EGIC</b>	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos
<b>EIP</b>	Equipas de Intervenção Permanente
<b>EMGFA</b>	Estado-Maior-Geral das Forças Armadas
<b>EPAL</b>	Empresa Portuguesa das Águas Livres
<b>ERAS</b>	Equipa de Reconhecimento e Avaliação da Situação
<b>ERAVmrp</b>	Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas Mortais e Recolha de Provas
<b>F</b>	
<b>FEPC</b>	Força Especial de Proteção Civil
<b>G</b>	
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>I</b>	
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação Nacional das Florestas
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>INMLCF, I.P.</b>	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal
<b>IPCC</b>	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>IRN</b>	Instituto dos Registos e do Notariado
<b>M</b>	
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>MV-S</b>	Serviço Móvel de Satélite
<b>N</b>	
<b>NecPro</b>	Necrotério Provisório
<b>NEP</b>	Normas de Execução Permanente
<b>NUTS</b>	Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos
<b>O</b>	
<b>OVPC</b>	Organizações de Voluntariado de Proteção Civil
<b>P</b>	
<b>PCMun</b>	Posto de Comando Municipal
<b>PCO</b>	Posto de Comando Operacional
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PE</b>	Pontos de Encontro
<b>PEE</b>	Plano de Emergência Externo
<b>PEERS-AML-CL</b>	Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes
<b>PEI</b>	Plano de Emergência Interno
<b>PGRH</b>	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
<b>PGRI</b>	Plano de Gestão do Risco de Inundação
<b>PIOT</b>	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Lista de Acrónimos	
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PMA</b>	Posto Médico Avançado
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
<b>PNA</b>	Plano Nacional da Água
<b>PNGIFR</b>	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>PNPOT</b>	Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território
<b>PNR</b>	Plano Nacional Rodoviário
<b>POOC</b>	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
<b>PORNET</b>	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
<b>PP</b>	Plano de Pormenor
<b>PROF</b>	Plano Regional de Ordenamento Florestal
<b>PROT-AML</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
R	
<b>REDIS</b>	Relatório Diário de Situação
<b>RELESP</b>	Relatório de Situação Especial
<b>RELGER</b>	Relatório de Situação Geral
<b>RELIS</b>	Relatório Imediato de Situação
<b>REN</b>	Rede Energética Nacional
<b>REPC</b>	Rede Estratégica de Proteção Civil
<b>RH5A</b>	Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
<b>ROB</b>	Rede Operacional de Bombeiros
S	
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SEPNA</b>	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
<b>SGIFR</b>	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>SGO</b>	Sistema de Gestão de Operações
<b>SIOPS</b>	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>SIRESP</b>	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
<b>SMAS</b>	Serviço Municipal de Águas Sanitárias
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>SVARH</b>	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
T	
<b>TO</b>	Teatro de Operações
U	
<b>UEPS</b>	Unidades de Emergência de Proteção e Socorro
Z	
<b>ZA</b>	Zona de Apoio
<b>ZAP</b>	Zona de Apoio Psicológico
<b>ZCAP</b>	Zona de Concentração e Apoio à População
<b>ZCR</b>	Zona de Concentração e Reserva
<b>ZI</b>	Zona de Intervenção
<b>ZRnM</b>	Zona de Reunião de Mortos
<b>ZRR</b>	Zona de Receção de Reforços
<b>ZS</b>	Zona de Sinistro



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

### Lista de Acrónimos

ZT	Zona de Transição
----	-------------------



## 2 Referências Legislativas

### 2.1 Legislação Estruturante

Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro – Aprova o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro – Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

Despacho n.º 3317-A/2018, de 03 de março – Revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO).

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) n.º 30/2015, de 07 de maio – Aprovação da diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de julho.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio e pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro – Aprova a Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, que a republicou – Aprova a Lei de Bases de Proteção Civil.

### 2.2 Legislação Orgânica

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 01 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho, pela Lei n.º 9/2021, de 2 de março, pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 09 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas (EMGFA).



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 102/2019, de 06 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 113/2021, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica do Exército.

Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica da Força Aérea.

Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica da Marinha.

Portaria n.º 325-B/2021, de 29 de dezembro – Fixa a estrutura e a organização interna da Força Especial de Proteção Civil (FEPC).

Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 07 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro e pela Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09 de agosto – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 07 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica, n.º 5/2014, de 29 de agosto, e pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 09 de agosto – Lei de Defesa Nacional.

Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 36/2021, de 14 de junho – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, com as alterações introduzidas pelo Portaria n.º 136/2021, de 30 de junho – Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2016, de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 108/2012, de 3 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 08 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 24/2015, de 06 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, pela Retificação n.º 24/2020, de 26 de junho e pela Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro – Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária (PJ).

Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto – Aprova o Estatuto do Ministério Público (MP).

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei n.º 48/2009, de 04 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de janeiro, pela Lei n.º 38/2017, de 02 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 01 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses.



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro – Aprova a orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.

Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Aprova a orgânica da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Aprova a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I.P.

Portaria n.º 91/2017, de 2 de março – Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das Organizações de Voluntariado de Proteção Civil (OVPC).

Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 173/2014, de 19 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 206/2015, de 23 de setembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.

Decreto-Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária.

Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 9 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 02 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 121/2014, de 07 de agosto – Estabelece as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional.

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 02 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro – Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde.



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Lei n.º 28/2013, de 12 de abril – Define as competências, a estrutura e o funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

Decreto-Lei n.º 240/2012, de 06 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF, I.P.).

Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho – Lei Orgânica do Instituto dos Registos e Notariado (IRN).

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA).

Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM).

Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação das equipas de sapedores florestais no território continental português e regulamente os apoios à sua atividade.

Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 07 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

### 2.3 Legislação Técnico-operacional

Despacho n.º 11198/2020, de 13 de novembro – Condições de instalação e funcionamento dos Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil (CREPC).

Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro – Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional (CCO).

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 01 de julho – Conta de Emergência.



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril – Normas de funcionamento da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

Decreto-Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia.

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP).

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 02 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima e cria a Autoridade Marítima Nacional.

Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres.

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

### 2.4 Legislação Concorrente

Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho – Requisitos para adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios.

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 07 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 22 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 99/2021, de 17 de novembro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas.

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro – Cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto – Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 01 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 07 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho – Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho – Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março – Fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e a EP – Estradas de Portugal, S.A. com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho e pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, que o republica – Regime Jurídico da Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Resolução n.º 1/2019, de 12 de setembro – Aprova a diretiva relativa à norma orientadora para a instalação de sinalética em áreas expostas ao risco de rotura de barragens e áreas expostas ao risco de *tsunami* e respetivos caminhos de evacuação.

Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro – Primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Portaria n.º 281/2019, de 30 de agosto – Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro – Lei de Segurança Interna.

Decreto-Lei n.º 108/2018, de 03 de dezembro – Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março – Regulamento de Segurança de Barragens.

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto – Código dos Contratos Públicos.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas;



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 09 de novembro – Aprova o Plano Nacional da Água (PNA).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril – Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).

Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas.

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

### 2.5 Legislação Diversa

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 2/2018, de 20 de junho – Aprovação de planos de emergência de proteção civil.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 26/2016, de 05 de agosto – Aprovação de Planos Distritais de Emergência de Proteção Civil e Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.



## Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações

### 3 Registo de Atualizações e Exercícios

#### 3.1 Registo de Atualizações

Atualizações ao Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações de Vila Franca de Xira					
Versão	Alteração	Data da Alteração	Data de Aprovação	Entidade Competente pela Aprovação	Observações
01	Plano Especial de Emergência para o Risco de Cheias e Inundações				
02					
03					
04					
05					
06					

